16:33 43%

Opinião do GLOBO

Abandono de obras da Copa é sinal de governança frágil

Não faltou dinheiro para mobilidade urbana. Faltaram planejamento, fiscalização e cobrança de resultados

Passados dez anos da Copa do Mundo no Brasil, 38% dos projetos de mobilidade urbana pensados para o torneio foram abandonados ou concluídos apenas parcialmente. Por ser um retrato do que costuma acontecer no país, o dado é uma oportunidade para uma reflexão que vá além do debate sobre o legado de eventos esportivos. Identificar as causas do baixo índice de execução de obras é primordial para que o Brasil deixe de ter uma infraestrutura sofrível, mesmo na comparação com países no mesmo estágio de desenvolvimento.

No período anterior à Copa, prefeitos e governadores puseram projetos de mobilidade urbana na lista de metas. Nem todos eram essenciais para receber os torcedores, mas a demanda tornou evidente a deficiência nas capitais que hospedariam os jogos. De acordo com estudo do economista Cláudio Frischtak, para equiparar o transporte público das 15 principais regiões metropolitanas brasileiras ao de Santiago, no Chile, ou da Cidade do México, seria necessário investir R$ 295,5 bilhões.

Não chega a ser novidade que o Brasil investe pouco em infraestrutura, 2% do PIB, levemente acima do necessário para cobrir a depreciação. As obras abandonadas da Copa revelam outro obstáculo. Falta de recursos não era empecilho, pois os projetos contavam com linha especial de financiamento do BNDES. Eram considerados prioritários já em 2014. Os prefeitos e governadores que se alternaram no poder de lá para cá tiveram dez anos para concluí-los. Por que falharam? Porque a governança do investimento público no Brasil é uma vergonha.

Nos países com as melhores práticas, governos promovem análises técnicas aprofundadas para determinar prioridades. Uma vez decididos os alvos, é feito um planejamento cuidadoso, elaborado um projeto detalhado e são estabelecidas programação e licitação. A execução é fiscalizada e, depois da entrega, é feita avaliação dos resultados.

No Brasil, tudo é decidido com base numa mistura de clientelismo e oportunismo político. Um estudo do Tribunal de Contas da União (TCU) de 2019 revelou que 37,5% de 38.412 obras financiadas pelo governo federal estavam paradas. A regra é a diferença descomunal entre o orçamento inicial e o preço final, com suspeitas frequentes de corrupção. As taxas de execução são baixas, como mostram as experiências das várias versões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Por tudo isso, parte considerável do pouco que o Brasil investe em infraestrutura é desperdiçada. Dos projetos de mobilidade da Copa abandonados, o mais caro foi o VLT de Cuiabá, que consumiu R$ 1 bilhão em dinheiro financiado pela Caixa. Ao todo, 40 trens e 24 quilômetros de aço foram comprados. Depois o governo estadual decidiu trocar os trens por um projeto de BRT. Como revelou reportagem do GLOBO, os vagões até hoje se deterioram perto do aeroporto da capital.

As maiores vítimas do descalabro com os investimentos são os mais pobres, usuários de transporte público forçados a perder um tempo desnecessário no trajeto entre casa e trabalho ou moradores de regiões com serviços de água e esgoto deficitários. São os mais pobres também os mais prejudicados pelo baixo crescimento econômico. Vários trabalhos acadêmicos comprovam a relação entre melhoria de infraestrutura e crescimento. Em 2014, o Brasil levou 7x1 nos gramados. Na infraestrutura, é um 7 x 1 todo ano.

Venda da Sabesp é vital para saneamento atrair recursos privados

Governo paulista acerta ao adotar modelo que exige maior capacidade financeira dos principais investidores

O detalhamento do modelo de privatização da Companhia de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp), maior empresa do setor no país, ajuda a consolidar o Novo Marco Legal de Saneamento, aprovado em 2020 com a meta de universalizar serviços de água e esgoto no Brasil até 2033. Não é um objetivo fácil de alcançar diante do estágio vergonhoso dessa infraestrutura vital para a saúde, com efeito negativo no crescimento.

Há quatro anos, quando o Novo Marco entrou em vigor, 35 milhões não tinham acesso a água tratada, e 100 milhões, quase metade da população, estavam desconectados da rede de esgoto. Do esgoto coletado, apenas 50% do volume era tratado. Como os investimentos na atividade são de média e longa maturação, esses índices continuam como referência. O Brasil é um país de renda média, com PIB entre os dez maiores do mundo e indicadores de saneamento de países miseráveis.

Sempre houve resistência corporativa à entrada de grupos privados nas empresas de saneamento. A concessão da Cedae, no Rio de Janeiro, representou um primeiro avanço importante, e os benefícios já se fazem sentir. O andamento da privatização da Sabesp contribuirá para reduzir as resistências. Para isso, é preciso que as companhias privatizadas mostrem resultados.

A oposição à venda do controle da Sabesp argumenta que a empresa é rentável. Suas ações há tempos são negociadas em Bolsa, inclusive em Nova York, e ela presta contas ao mercado como toda empresa aberta. A questão, porém, não se resume à situação atual. É preciso levar em conta o esforço de investimento necessário para manter o serviço em 375 cidades — entre elas São Paulo — e atingir a meta de universalizá-lo em todo o estado até 2033.

Os grupos privados que comprarem o controle da Sabesp receberão uma empresa com 86,1 mil quilômetros de redes de distribuição de água e 61,4 mil quilômetros de malha de coleta de esgoto. Precisarão administrá-la com eficiência para reduzir a tarifa cobrada na água em 1% no consumo residencial, 0,5% no comercial ou industrial e 10% para beneficiários de programas sociais. Não haverá, como argumentam os opositores da privatização, reajustes insuportáveis. Os recursos para redução das tarifas sairão de um fundo que receberá 30% do valor obtido pelo governo com a privatização e será mantido com os dividendos pagos pela empresa ao estado, que continuará sócio.

O governo de São Paulo acerta ao tomar cuidado com a qualificação do futuro controlador da Sabesp. A oferta das ações será feita em dois blocos, um para grupos interessados em ser acionistas de referência, outro para investidores em Bolsa. Antes do leilão, os candidatos a acionista de referência, que administrarão a companhia, terão de comprovar ter em caixa R$ 8,5 bilhões, estimados para arrematar 15% da empresa, com todas as devidas garantias.

A importância estratégica dessa privatização justifica todas as precauções. Depende do seu êxito o interesse de investidores em aumentar sua participação no saneamento, essencial para o país sair da atual situação vergonhosa.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
carlsar@oglobo.com.br

CARLOS ALBERTO SARDENBERG

blogs.oglobo.globo.com/opinião
sardenberg@cbn.com.br

É o contrário

O presidente Lula quer, ao mesmo tempo, acelerar os gastos do governo e obter uma redução significativa na taxa de juros. São objetivos incompatíveis. O aumento da despesa acima da receita produz déficit, coberto com dinheiro tomado emprestado pelo governo. O crescimento da dívida, já contratado para este e os próximos anos, aumenta o gasto do governo com juros. Isso eleva a taxa de juros da economia. E o governo fica procurando quebra-galhos para reduzir os juros de alguns setores.

Nesta semana, Lula anunciou um programa para conceder crédito a microempreendedores, micro, pequenas e médias empresas, a juros favorecidos — alguma taxa abaixo do que os beneficiados obteriam em condições normais de mercado. Deve haver, portanto, algum subsídio. E um apoio no sentido mais amplo: abrir o crédito para setores que não o obteriam no mercado.

Não é certo que o programa funcione. Primeiro, porque não se sabe como funcionará. Segundo, porque uma coisa é oferecer o crédito, outra é o empreendedor e a empresa tomarem o empréstimo. Neste ano, caiu a concessão de microcrédito em relação a 2023.

Interessa mais aqui a lógica dessa política econômica. Lógica — pode ser ruim, mas tem. Seguinte: na falta de um ambiente favorável a uma queda significativa e sustentável da taxa básica de juros, o governo tem de inventar programas dirigidos a determinados públicos, selecionados para ter direito a juros menores que os outros.

Qual o critério de escolha? Pode ser econômico. Favorecer alguma indústria importante. Ou político. De representantes do próprio governo, explicou-se que o programa de crédito visava a beneficiar empreendedores e empresários porque nesse setor a avaliação da gestão petista vai mal. A seleção pode ainda ser formada pelos poderosos lobbies. Nos três casos, não funciona. Quer dizer, pode até funcionar para os beneficiários, mas não para o conjunto da economia.

Lula só obteria o que quer, juros menores e mais crescimento, se fizesse (e falasse) o contrário do que faz e prega

E, no limite, contribui para a alta da taxa de juros para os outros. Resumindo, bem resumido: se a taxa para uma determinada situação econômica é de 11% ao ano e se alguns pagarão 8%, então os outros terão de pagar 12%, 13%, 14% ou mais para compensar. Tudo considerado — o aumento do gasto público e, pois, da dívida, mais as concessões de crédito favorecido a muitos setores colocam um limite à redução da taxa básica de juros, praticada pelo Banco Central.

Eis no que dá a política econômica de Lula, que é, afinal, a repetição do que se fez no governo Dilma.

Aumentar a dívida pública é o principal problema. O BC fala em "risco fiscal", que resulta do desequilíbrio crescente das contas do governo. Quanto maior esse risco, menor o espaço para queda dos juros. A concessão de crédito favorecido, o quebra-galho, acrescenta outro fator: o conjunto dos agentes econômicos terá de pagar mais pelos empréstimos.

O resultado geral é uma queda na capacidade de consumo e de investimento, um obstáculo ao crescimento. Exatamente o contrário do que deseja Lula, que piora as coisas quando ataca seus críticos. Nesta semana, o presidente disse que o mercado considera gasto o que se aplica em saúde, educação, programas sociais. É investimento, diz. Que seja, mas tem de pagar do mesmo modo. Segundo Lula, o mercado só considera investimento o superávit primário.

Um equívoco. Ninguém acha, ninguém diz que superávit é investimento. É outra coisa, bem diferente. Se o governo fizesse superávit — gastando menos do que arrecada —, poderia, com essa "sobra", servir a dívida, quer dizer, pagar os juros e amortizar o principal. Em vez de tomar dinheiro emprestado para pagar déficit, como faz agora. Se fizesse superávit, o "risco fiscal" percebido seria menor, havendo, pois, mais espaço para redução de juros para todo mundo. Logo, melhores condições para consumo e investimento.

Lula só obteria o que quer, juros menores e mais crescimento, se fizesse (e falasse) o contrário do que faz e prega. Mas ele não acredita nisso.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Maia, André Vieira da Fábula Barbosa, Luiza Bapista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiis - leila.suwiis@sp.oglobo.com.br
Saúde: Ariana Dias Lopes - ariana.dias.lopes@sp.oglobo.com.br
Segunda Caderno: Marcelo Rubim - rubim@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Gabriela Goulart - ggoulart@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Rubim - rubim@oglobo.com.br
Rio Show: Ana Amorim - anam@oglobo.com.br
E.a.T: Ana Cascais - ana.cascais@oglobo.com.br
Bairros: Wilter Catrinon Filho - wilterc@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Maurício Xavier (interino) - mauricio.xavier@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades)
0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito ou débito automático em conta-corrente (preço de seguinte ao longo)
(para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90)
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: RJ, SP, MG e ES: R$ 10,00
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não aceita em capitais para entrega de muito ou nenhuma da assinatura. Desconsidere qualquer contato a respeito desses temas. Para ser O GLOBO em seu ponto de venda, acesse para vendasavulsas@oglobo.com.br

FALE COM O GLOBO:
Geral (21) 2534-5000 Classifone (21) 2534-4333
Assinaturas 4002-5300 ou oglobo.com.br/assine

AGÊNCIA O GLOBO DE NOTÍCIAS: Venda de notícias: (21) 2534-5501 Banco de imagens: (21) 2534-5777
Pesquisa: (21) 2534-5202

PUBLICIDADE Notícias: (21) 2534-4300 Classificados: (21) 2534-4333 Jornais de Bairro: (21) 2534-4350
Missas, religiosos e fúnebres: (21) 2534-4033
Plantão nos fins de semana e feriados: (21) 2534-5150

FSC FOR PAPER
A marca do manejo florestal responsável
Leia mais e faça parte: Conselho do FSC
CARBON FREE